

✓ Política pública de agroecologia: a janela de oportunidade e os pequenos agricultores¹

Ebe Pimentel Gomes Luz Nijdam
Universidade Estadual Vale do Acaraú
– UVA
ebepgluz@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2846-0714>

Liduina Farias Almeida da Costa
Universidade Estadual do Ceará- UECE
liduinafariasac@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3674-8195>

¹ O presente artigo é um extrato de parte da tese de Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Resumo: Neste artigo, tem-se como objetivo identificar se as ações governamentais de nível federal direcionadas ao setor agrário, de maio de 2016 a dezembro de 2022, provocaram ou não o fechamento da “janela de oportunidades” de acordo com os múltiplos Fluxos de Kingdon, para a política pública de agroecologia. Visa-se também identificar agências de pequenos agricultores na busca da sua reprodução social. A metodologia da pesquisa que originou este artigo foi: a pesquisa bibliográfica, documental e em sites governamentais bem como de organizações sociais, o exame de legislação pertinente e visitas presenciais e virtuais a feiras e “mercados aninhados” de produtos agroecológicos. Conclui-se que houve solapamento de bases institucionais e materiais da política pública em tela, mas não a consumação de sua existência. Contrariando essa política, adotada pelo governo federal no período, a agroecologia permanece ativa, devido às agências dos pequenos agricultores e ao engajamento de atores coletivos.

Palavras-chave: Política Pública. Agroecologia. Atores Sociais.

EN Public policy on agroecology: the window of opportunity and small farmers

Abstract: In this article, the objective is to identify whether the federal-level governmental actions directed at the agricultural sector, from May 2016 to December 2022, caused the closure of the "window of opportunity" according to Kingdon's multiple flows for agroecology public policy. It also aims to identify agencies of small farmers in their quest for social reproduction. The research methodology that originated this article was: bibliographic research, documentary research, and research on government websites as well as social organizations, the examination of relevant legislation, and in-person and virtual visits to fairs and "nested markets" of agroecological products. It is concluded that there was an undermining of the institutional and material foundations of the public policy in question, but not the consummation of its existence. Contrary to this policy, adopted by the federal government during the period, agroecology remains active, due to the agencies of small farmers and the engagement of collective actors.

Keywords: Public policy. Agroecology. Social actors.

ES Política pública de agroecología: la ventana de oportunidad y los pequeños agricultores

Resumen: El objetivo de este artículo es identificar si las acciones gubernamentales a nivel federal dirigidas al sector agropecuario de mayo de 2016 a diciembre de 2022 han provocado el cierre de la «ventana de oportunidad» según los flujos múltiples de Kingdon, para la política pública en materia de agroecología. También pretende identificar las agencias de los pequeños agricultores en la búsqueda de su reproducción social. La metodología de investigación que dio lugar a este artículo fue: la investigación bibliográfica, documental e en sitios web gubernamentales y de organizaciones sociales, examen de la legislación pertinente y visitas presenciales y virtuales a ferias y «mercados anidados» de productos agroecológicos. La conclusión es que las bases institucionales y materiales de la política pública en cuestión han sido socavadas, mas vivas.

Palabras-clave: Políticas públicas. Agroecología. Actores sociales.

FR Politique publique d'agroécologie: la fenêtre d'opportunité et les petits agriculteurs

Résumé: Cet article analyse si les actions du gouvernement fédéral brésilien entre mai 2016 et décembre 2022 ont conduit à la fermeture de la « fenêtre d'opportunité » selon les multiples flux de Kingdon, pour les politiques publiques en agroécologie. Il examine également les stratégies d'agency des petits agriculteurs pour assurer leur reproduction sociale. La méthodologie comprend des recherches bibliographiques et documentaires, l'analyse de sites officiels, de législations pertinentes, ainsi que des visites (physiques et virtuelles) de foires et de marchés agroécologiques. Les résultats indiquent que les fondements institutionnels et matériels de ces politiques ont été affaiblis par une gouvernance marquée par l'inaction ou la nécropolitique. Toutefois, l'agroécologie ne s'est pas éteinte. Elle survit et se réinvente grâce à l'engagement des petits agriculteurs et des collectifs sociaux, qui, malgré les reculs institutionnels, maintiennent vivante une alternative agroécologique fondée sur la solidarité, la résistance et l'autonomie territoriale.

Mots-clés: Politiques publiques. Agroécologie. Acteurs sociaux.

INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a política pública de agroecologia no Brasil em contexto político desfavorável à sua permanência. Entre os aspectos relevantes para os atores coletivos e individuais, mobilizados em todas as regiões do país, em torno da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) – autodefinida como espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural – e em luta por essa política, evidenciam-se: a sustentabilidade, a democracia, um modelo político e social empenhado em defender a natureza, a soberania, a segurança alimentar e a justiça social.

Os antecedentes da política em tela são encontrados desde a década de 1970 e expressam variadas modalidades de ações coletivas contrárias à chamada “revolução verde”. Somente no ciclo político compreendido entre 2003 e 2015, quando o país experimentava uma expansão democrática que acolhia instâncias participativas, houve a abertura de uma “janela de oportunidades” para o agendamento governamental e a formulação da política pública. Entretanto, a partir de maio de 2016, houve drástica redução das suas condições de permanência.

Os suportes para a elaboração do artigo encontram-se em ampla pesquisa desenvolvida sobre o tema das políticas públicas e as instâncias participativas a elas referidas, bem como em tese de doutorado sobre a política de agroecologia. Ambas se realizaram, articuladamente, no âmbito de Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociologia em uma universidade do Nordeste do Brasil.

Tem-se como objetivo identificar se as ações governamentais em nível federal, entre maio de 2016 e dezembro de 2022, teriam o condão de fechar a “janela de oportunidades” a referida política ou os grandes obstáculos à sua permanência. Visa-se, também, pontuar agências de pequenos agricultores dependentes desse setor da atividade agrícola, com o intuito da sua reprodução social.

Pressupõe-se que tal fechamento repercutiu negativamente nessa política pública e sua permanência deve-se às agências Bourdier (1972); Ploeg (2016a) dos produtores familiares agroecológicos, à existência de interfaces socioestatais com o controle social dos produtos e o respaldo de governos estaduais, a exemplo do Ceará, onde se percebe certa vitalidade da agroecologia, com a ampliação de feiras, vendas diretas e “mercados aninhados” em cadeias de supermercados.

As estratégias metodológicas utilizadas à elaboração deste artigo foram: a) pesquisa de natureza teórica em autores clássicos dedicados à questão agrária em geral e contemporâneos sobre a temática da agroecologia; b) pesquisa documental em *sites* oficiais e de organizações sociais; c) e exame de legislação pertinente ao tema desde os antecedentes da política. Foram feitas visitas a feiras em vários períodos desde 2019 e a supermercados que “aninham” produtos agroecológicos oriundos da agroecologia praticada em municípios próximos a grandes cidades cearenses, como Fortaleza e Sobral.

A estruturação do artigo consta de três partes, além da introdução e conclusão. A primeira parte situa a concepção de “janelas de oportunidade” e aponta os antecedentes da política pública em tela, como também o seu agendamento governamental e a formulação; a segunda parte evidencia os cortes, as restrições ou os abandonos de programas relacionados à política de desenvolvimento agrário, que respaldam a agroecologia; na última parte, indica-se a atuação de grupos favorecidos em busca do “nicho de mercado” da agroecologia e agências dos pequenos agricultores, com destaque às estratégias de reprodução social os esforços de manutenção ou ampliação dos canais de venda dos produtos.

Conclui-se que tentativas governamentais de “fechamento da janela de oportunidades”, entre maio de 2016 e dezembro de 2022, funcionaram como abalo das bases institucionais e materiais indispensáveis à continuidade da política em tela, mas insuficientes para aniquilá-la. Contrariando essa modalidade de não política impeditiva de uma produção de alimentos saudáveis, a agroecologia permanece viva e sua expansão pode ser aquilatada por meio do crescimento de mercados diferenciados.

A “JANELA DE OPORTUNIDADES”, SEGUNDO O MODELO DOS MÚLTIPLOS FLUXOS DE KINGDON

O “modelo dos múltiplos fluxos”, proposto por Kingdon (2011), e utilizado na análise de agendas e formulação de políticas públicas, tem respaldado vários estudos mundialmente. Na impossibilidade de nomeá-los, destaca-se Lemieux (1994; 2002), que analisou os papéis dos atores sociais na formulação da política de saúde do Canadá; e, de acordo com Capella (2006), autores, como Zahariadis (2007), que teria ultrapassado a possibilidade de uso do modelo ao analisar a implementação de privatizações de outras políticas na Inglaterra e na França; e, no Brasil, a exemplo de Menezes e Souza (2017), que pesquisaram sobre a formação da agenda do então Ministério das Cidades e seus programas e, finalmente, Assis (2012), que evidenciou as articulações de atores coletivos pertencentes a uma esfera pública direcionada a lutar contra a seca no Nordeste brasileiro.

De outro modo, o modelo é criticado. De uma perspectiva, devido a fluidez estrutural e priorização de momentos fortuitos. Já em outra perspectiva, devido ao “engessamento” dos atores sociais. No entanto, entende-se que a plasticidade do modelo de Kingdon possibilita situar a política pública de agroecologia em relação à estrutura social, aos contextos sociopolíticos e aos processos de interação entre atores. Nesse caso, a provável fluidez seria na verdade uma fortaleza.

Ao tratar o assunto, Kingdon (2006a) propõe uma tipologia dos atores governamentais e não governamentais envolvidos na respectiva política pública. Um tipo seria constituído pelo escol do poder executivo e classificado como visível, o qual seria formado pelo Presidente da República, assessores de alto escalão, influentes membros do Congresso e alguns partidos políticos; o outro recebe a classificação de “invisíveis” e seria composto por grupos de interesse e outros agrupamentos, a exemplo dos acadêmicos, dos burocratas de carreira etc.

O grupo governamental, conforme o autor, geralmente assume uma função relevante na integração dos fluxos de relações entre os atores envolvidos e reúne determinadas qualidades, tais como: o apelo para se fazer ouvir, as articulações políticas,

a habilidade para negociar e a persistência. A dinâmica de relações estabelecida que compõem os três fluxos chegaria a um momento de confluência, coincidindo com o momento de abertura de uma “janela de oportunidades” para a agenda de decisões. Instaure-se nesse momento um clima oportuno em que os empreendedores de políticas podem expor suas ideias a serem levados em conta.

Nas palavras de Kingdon (2006b, p. 237), “as janelas são abertas por eventos que ocorrem tanto na dinâmica dos problemas quanto da política. Assim, há janelas de problemas e janelas de política”. Uma janela política é “uma oportunidade para os defensores promoverem suas propostas ou chamarem atenção para seus problemas especiais” Kingdon (2011, p. 165). Segundo ele, é mais frequente a abertura de janelas de oportunidades pelo fluxo dos problemas e políticas do que pelo fluxo de soluções ou alternativas.

Assim a atenção do governo se daria como resposta a eventos desencadeadores de abalos sociais, indicadores socioeconômicos, *feedbacks*, alterações no cenário político, como mudanças de governo ou do humor nacional, que poderiam abrir uma janela de oportunidades e induzir os formuladores de políticas a buscar soluções no fluxo de políticas ou *policy stream* Kingdon (2006a).

Um aspecto marcante do “modelo dos múltiplos fluxos” é a transitoriedade da “abertura de janela”, independente do lapso temporal em que essa janela se apresenta aberta ou não. Portanto, o descompasso de um dos fluxos pode ocasionar o fechamento de uma janela. Também pode ocorrer o fechamento das “janelas de oportunidades” após a tomada de decisão, por razões como: a) fracasso em buscar solução; b) perda de visibilidade da questão pela mudança do pessoal envolvido no tema; c) falta de alternativa de ação à disposição Kingdon (2006a).

Dessa forma, a junção dos três fluxos contribuiu na abertura de uma “janela de oportunidades” para a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e demais decisões governamentais em resposta às demandas de segmentos sociais que vivem da agroecologia familiar, destacando-se a abertura do governo à participação de representantes da sociedade civil como consta no Brasil, (2012).

Diante das reivindicações pelo fortalecimento do movimento agroecológico, destacam-se ações que precederam o agendamento de decisões da PNAPO: o fortalecimento de redes locais de inovação agroecológica; a ênfase dada à agroecologia pelos movimentos sociais do campo e das florestas, e as pressões ao governo federal; a instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e implementação de políticas e programas públicos criados, aprimorados ou ampliados desde os governos do ciclo político 1995 - 2002, mas, sobretudo, no novo ciclo político 2003-2016; a atuação de gestores públicos conhecedores das realidades da agricultura familiar e da agroecologia, dos povos e das comunidades tradicionais; o protagonismo de segmentos universitários e pesquisadores interessados na questão; e, o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (PRÓ-ORGÂNICO), segundo Moura (2017), consistia em ações de desenvolvimento e capacitação organizacional e tecnológica do mercado orgânico, de aprimoramento e adequação de marcos regulatórios, além de promoção e incentivo à produção e à comercialização dos produtos.

O cenário político, a despeito de conturbações inerentes a governos de coalizão em sociedades desiguais, como a brasileira, mostrava-se oportuno para a agenda de decisões governamentais sobre a política pública. E baseado em Kingdon (2006b), o cenário possibilitou a discussão de variáveis por atores diversos, culminou com a transformação de uma “questão ou situação em problema” e, uma vez constituído como um problema público, entrou para a agenda de decisões.

MOVIMENTOS SOCIAIS E VISIBILIDADE DADA PELO CONSENSO

Paulatinamente, a visibilidade da questão da agroecologia em âmbito nacional adquiriu intensidade por meio de diversos atores sociais e sujeitos coletivos, como entidades e associações interessadas na questão agroecológica, categorias profissionais, a exemplo dos agrônomos, e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); articulações/associações, como a Articulação

Nacional de Agroecologia (ANA) – que agrega movimentos sociais de abrangência nacional, comunidades de base, Organizações Não-Governamentais (ONGs), pesquisadores e técnicos, e articula redes estaduais e regionais, com centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), responsável pela construção do conhecimento agroecológico e organização de eventos, congressos, publicações, por seu caráter acadêmico-científico Sambuichi *et al.* (2017a). A (ANA, 2008), por meio dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs), consensuou que a agroecologia seria o melhor modelo tecnológico.

Tal vinculação mereceu reflexões de Caporal e Costabeber (2000), que propunham outro caminho. Compreendiam que haveria mais alternativas para um modelo de desenvolvimento rural que também fosse sustentável sob o ponto de vista dos processos e das estratégias vinculadas à Agricultura Familiar.

Para esses autores, inexistia, nas décadas que antecederam ou coincidiram com o período de formulação da política em discussão, um consenso para os conceitos de Desenvolvimento ou de Sustentabilidade, pois a agroecologia oportunizaria fundamentos úteis a fim de atingir os objetivos positivos para a sustentabilidade agrícola rural. Portanto, busca “dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, assim, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável” Caporal e Costabeber (2004, p. 8). Mais tarde, Caporal e Petersen (2012) adotam posicionamento semelhante admitindo que mudanças basilares no âmbito agrário estariam na aliança entre o movimento agroecológico e os movimentos camponeses.

Na qualidade de ator coletivo, cuja movimentação influenciou a constituição da “janela de oportunidades” para o agendamento da PNAPO, destaca-se a Marcha das Margaridas de 2011, evento protagonizado por segmentos de mulheres participantes de movimentos sociais do campo no momento em que a Presidente Dilma Rousseff assumiu o compromisso de inserir a agroecologia na agenda governamental. Na sua gestão, havia o intuito de reduzir a pobreza no ambiente rural por meio de programas

e havia tentativas de compatibilizar a reforma agrária com os interesses do agronegócio.

MUDANÇAS POLÍTICAS E ALTERAÇÕES NA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: A TRANSITORIEDADE DA “JANELA DE OPORTUNIDADES” NO CASO DA PNAPO

Após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer adotou medidas para congelar as despesas governamentais, como a Emenda Constitucional nº 95. Tal medida desconsiderou os ciclos econômicos, acarretando consequências sérias para as políticas agrárias no país na concepção de Noronha (2018).

Além disso, o governo mencionado se comprometeu com a Frente Parlamentar da Agropecuária e revisou diversas políticas públicas como a do licenciamento ambiental, da demarcação de terras indígenas e da regulação da compra de terras por estrangeiros. Adicionalmente, a Medida Provisória nº 726, de 12/05/2016, extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, posteriormente, ambos foram fundidos no Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Registre-se que as políticas de desenvolvimento agrário e rural, construídas ao longo do ciclo político Medeiros (2018); Fialho (1999); Costa (2016) capitaneado por Lula e Dilma, e tendo o processo participativo como mola propulsora para a inclusão social, foram solapadas. Destacando-se, de acordo com Mattei (2018), a desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo objetivo era combater a fome e a pobreza, e fomentar a produtividade no campo, o cancelamento de chamadas públicas da área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e outras medidas que provocaram a desestruturação do corpo técnico responsável pelo apoio também aos pequenos produtores rurais.

A extinção do MDA repercutiu negativamente sobre a política de desenvolvimento agrário e os programas que facilitariam as condições de vida de grandes segmentos sociais. Nessa

perspectiva, Mattei (2018) destaca o seguinte: a) durante 2016 e 2017, nenhuma nova família foi assentada; b) nenhum projeto de assentamento agrário foi criado; c) de 21 decretos presidenciais de desapropriações de terras para fins sociais, publicados no ano de 2016, a maioria deles (20) teve início no governo de Dilma Rousseff no período de janeiro a abril de 2016.

Adicionalmente, esses segmentos ainda sofreram as consequências da diminuição das dotações orçamentárias. As ações de ATER, do Programa Educação no Campo e do Programa de Reforma Agrária, entre outros, sofreram cortes orçamentários de grandes proporções, ou realocações de recursos para manutenção da autarquia e não para dar o respaldo necessário ao desenvolvimento agrário propriamente dito.

DESIGUALDADES ECONÔMICAS, FATOR IMPORTANTE PARA A DESIGUALDADE SOCIAL

Não se pode ignorar que as desigualdades econômicas e sociais no Brasil são mais acentuadas no meio rural brasileiro, Brasil (2014), onde se encontra quem produz e contribui significativamente para pôr comida na mesa de milhões de brasileiros. Este segmento não é detentor de vida digna nos ditames do que propaga a Constituição Federal, pois, no período governamental em discussão, a população rural viu subtraídas suas condições para produzir o próprio sustento, carecendo, cada vez mais, do atendimento das mínimas necessidades.

Embora em um passado recente (entre 2013 e 2016) esse segmento social tenha obtido conquistas de relevância, por meio das políticas públicas efetivadas, evidenciou-se que entre maio de 2016 e o final do ano de 2022 elas passaram por um acelerado processo de desmonte, e os despossuídos de condições materiais foram ainda mais relegados à condição de subalternidade.

Durante o governo Bolsonaro, nenhuma política pública para o pequeno produtor rural foi definida. Desde sua campanha política eleitoral em 2018, para a presidência da República, fez ostensiva opção em defender políticas para o campo que favorecessem aos interesses do capital representado pelos latifundiários, pelo agronegócio, pelos

madeireiros, pelas mineradoras, pelos grileiros e pelas empresas transnacionais do agro.

Sua atuação foi de fortalecimento das medidas de supressão de direitos iniciadas pelo governo de Temer, destacando-se a paralisação da reforma agrária. Nesse período, nenhuma fazenda foi desapropriada e nenhuma família assentada, em afronta ao que dispõe a Constituição Federal, e nenhuma área indígena ou quilombola foi demarcada ou legalizada, já que foram paralisados os processos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Instaurou-se, então, mais violência nas reservas indígenas, aumentaram as atividades ilegais de garimpo dentro dessas áreas e o desmatamento desenfreado na Amazônia chegou a índices até então inimagináveis.

Outra medida danosa foi a edição da MP nº 910/2019, normatizando a legalização de terras públicas griladas na Amazônia Legal por latifundiários, bastando autodeclaração de que já estão ocupando-as há algum tempo². Foram ainda aprovadas no Congresso, por iniciativa do governo, normas para privatizar a venda de água potável e o saneamento, entregando a gestão para as empresas e exploração dada ao capital estrangeiro.

ACENTUANDO AS DESIGUALDADES PELA PARALIZAÇÃO DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Dessa forma, o governo Bolsonaro foi caracterizado pela paralisação de diversos programas que beneficiariam a população rural: 1) Programa de Compra Antecipada de Alimentos (PAA), que estimulava a produção de alimentos de qualidade e aquisição da produção dos camponeses pelo governo; 2) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que estimulava as unidades públicas a realizarem vestibular específico para filhos de camponeses (Stédile, 2019, p. 01); 3) Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma agrária (PRONATER) envolvem a assistência técnica e o estímulo aos assentamentos e aos agricultores; 4) O Programa de Habitação Rural que reconhecia o déficit habitacional no

campo e organizava a construção de moradias novas, além de financiar reformas em assentamentos e comunidades rurais de agricultura familiar, Stédile (2019); 5) Programa Nacional de Redução de Agrotóxico (PRONARO) que não foi seguido, em vez disso, o Presidente no momento liberou 2.182 novos rótulos de agrotóxicos, causando danos à saúde pública.

Outrossim, com a aprovação da reforma da Previdência Social, direitos significativos de proteção social foram suprimidos de um grande contingente de trabalhadores rurais, em consequência da elevação da idade para obtenção da aposentadoria, bem como a redução dos valores e do número de benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para o campo.

Tal aprovação afeta segmentos vulnerabilizados em virtude de sua condição social de classe e em decorrência das características de suas atividades laborais, pois o fato de ampliar drasticamente a má distribuição de renda no campo provoca o aumento das dificuldades das famílias que dependem desses benefícios. Ao mesmo tempo, inviabiliza a economia de municípios que têm, muitas vezes, sua economia baseada no fluxo de benefícios auferidos pelo camponês.

Na esfera social, sobretudo na da saúde, inúmeras comunidades, notadamente os povos indígenas, quilombolas e assentados tiveram subtraída a atenção à saúde por intermédio do Programa Mais Médicos, cuja maior assistência era prestada pelos médicos cubanos, pois estes atendiam nas mais remotas áreas do país.

No contexto da Covid-19, embora o Ex-Presidente tivesse sancionado a Lei nº 14.048, de 2020, que estabelece medidas emergenciais para ajudar agricultores familiares durante o estado de calamidade pública, vetou a parte do PL nº 735/2020 referente à extensão do auxílio emergencial a agricultores familiares que não tivessem recebido o benefício. Vetou também o programa de fomento que se destinaria a apoiar a atividade produtiva de agricultores familiares durante o estado de calamidade pública e a extensão do Benefício Garantia-Safra para esses agricultores, assim como a autorização de renegociação de operações de crédito rural relativas a débitos de agricultores familiares com prazo de término em 30/12/2021.

Ademais, sancionou artigo permitindo que organizações de agricultores familiares que tiveram a comercialização

² Esta MP perdeu a validade e foi substituída pelo Projeto de Lei nº 2.633/20.
Fonte: Agência Senado.

prejudicada em virtude da “pandemia de covid-19 paguem, com produtos, as parcelas de Cédulas de Produto Rural emitidas em favor da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)”. Os títulos beneficiados são as cédulas de produto rural (CPR) com vencimento em 2020 e em 2021, consoante Agência do Senado (2021).

Diante da referida atuação, reapareceram questões fartamente discutidas ao longo da história, como o pauperismo e a violência no campo que, por sua vez, recaem sobre as questões ambientais e os grupos sociais mais vulnerabilizados diante da estrutura agrária do país e das formas renovadas de inclusão precária dos trabalhadores rurais conforme Martins (1997). A política pública que articula agricultura familiar e agroecologia poderia ser uma solução para essas inaceitáveis condições, porém não ficou imune a todas as reduções de projetos.

Em síntese, “não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública” Souza (2006), *apud* Bachrach; Baratz (1962). Deste modo, a omissão e os desmontes de programas agrários repercutiram negativamente na continuidade da política de agroecologia articulada à agricultura familiar, contribuindo para acirrar a violência no campo, principalmente no âmbito da luta pela terra, contando com a hegemonia e a representação política de grandes proprietários em todo o país. No período, as mobilizações por reforma agrária foram desqualificadas, e segmentos protagonistas dessas mobilizações como índios, trabalhadores sem-terra, quilombolas, agricultores familiares etc., passaram a fazer parte da lista de mortos por causas violentas.

As medidas estatais durante os dois governos ora mencionados causaram inseguranças aos segmentos rurais dependentes da sua pequena unidade agrícola para viver. Acentuaram-se as desigualdades econômicas e sociais, num contexto de instabilidade socioeconômica.

Ao mesmo tempo, a despeito dos variados posicionamentos referentes à política pública de agroecologia, que entrou na agenda de decisões governamentais em 2012, o processo de elaboração de seu desenho institucional garantiu a participação direta de atores coletivos que historicamente lutaram pela sua concretização. As comissões de produção orgânica estão

em todos os estados do país e alguns destes, como o Ceará, evidenciam-se apoiando a agroecologia praticada pela agricultura familiar.

O AVANÇO DE EMPRESAS SOBRE O “NICHOS DE MERCADO” DA AGROECOLOGIA E AS AGÊNCIAS DE PEQUENOS AGRICULTORES

“Nichos de mercado” da agroecologia remete à compreensão das funções da agricultura na economia e na sociedade brasileira e sobre estímulos financeiros do Estado para o desenvolvimento, mas este nem sempre é favorável a todos. No estudo de Ploeg (2008), ao se referir às estratégias contemporâneas de pequenos agricultores, remete aos desafios da comercialização. Para tanto, pontua que, no processo de internacionalização do capital, o mercado adquire novo formato ao se deparar com novas exigências em relação aos distintos setores de atividades, entre os quais o agrícola, que, em geral, passa por transformações.

Nesse contexto, a inserção de produtos da agricultura orgânica no mercado brasileiro vem despontando como realidade. A agricultura orgânica caracteriza-se por seu direcionamento à produção de alimentos isentos de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos ou pesticidas, tratando-se de um sistema produtivo cujo principal foco é a preservação da saúde e do meio ambiente em uma tendência que busca se fortalecer no mercado interno e externo. Entretanto, os milhões de agricultores familiares do país ainda encontram inúmeras dificuldades para manter suas famílias e para sustentar suas unidades produtivas, e ao mesmo tempo respondendo a essas novas exigências.

MUDANÇAS DE HÁBITOS PROPICIAM UM OLHAR ESPECIAL SOBRE A AGROECOLOGIA

Nas últimas décadas, as pessoas tornaram-se mais preocupadas com métodos saudáveis de alimentação; por seu turno, o Estado brasileiro, durante ciclos políticos progressistas no

entendimento de Medeiros (2018); Costa (2016); Fialho (1999) buscou fomentar políticas públicas destinadas à economia e ao mercado de alimentos saudáveis. Portanto, os trabalhadores rurais têm se organizado e reivindicado condições mínimas de sobrevivência, por meio de ações coletivas, visando o apoio estatal a essa atividade. Apesar disso, elas ainda são tímidas, diante do universo socioambiental diversificado do Brasil.

Paralelamente ao nascimento de mercados de alimentos orgânicos emerge a necessidade de regulação dos processos produtivos, com o intuito de garantir a qualidade desses alimentos aos consumidores, ensejando respostas às exigências dos mercados em geral, mas, principalmente dos “mercados aninhados” ou “encaixados” embasado em Ploeg (2016b). A atuação do Estado mediante políticas públicas acerca da agricultura orgânica não contempla apenas valores econômicos, mas pessoais, culturais e ambientais.

Nessa perspectiva, admite-se que a implementação de políticas públicas articuladas durante o período de 2003 a 2016 foi também uma oportunidade de ampliação da agroecologia no Brasil, reafirmando-se a relevância da criação de uma política específica destinada a tal finalidade no ano de 2012. Destacam-se dois programas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ação estruturante do Programa Fome Zero, instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado pela Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e consolida sua vinculação à agricultura familiar.

Uma das diretrizes de tal articulação era o incentivo à agricultura familiar e promoção de inclusão, no aspecto econômico e social, por intermédio do consumo e da valorização dos alimentos produzidos pelos pequenos agricultores. Outras diretrizes visavam: a promoção ao acesso a alimentos de qualidade aos que se encontravam em situação de vulnerabilidade nutricional; o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais para a alimentação escolar; o incentivo à formação de estoques de alimentos por agricultores familiares, suas cooperativas e suas associações a fim de fortalecer o mercado local.

Acerca das políticas públicas, destaca-se a viabilização do acesso ao mercado institucional. Tal denominação, de acordo

com Bezerra (2010), remete à atuação do Estado em processos de trocas econômicas e à interação social entre atores.

Ao iniciar-se o ciclo político de 2003-2016, estabeleceram-se debates, com a participação efetiva da sociedade civil, a fim de conciliar interesses diversos das esferas econômica e social. Em 2003, conforme Nijdam e Farias (2021), torna-se concreta a regulação da matéria da produção orgânica, considerando a existência de polos distintos. Em um dos polos, estão as redes varejistas de grande porte, empresas de certificação e grandes produtores rurais, todos interessados em mercados de produtos agroecológicos.

Em polo oposto, trabalhadores interessados na reprodução social de sua pequena unidade agrícola e na subsistência. Notadamente, as organizações de agricultores familiares que buscam assegurar o direito de comercialização de seus produtos orgânicos, especialmente no mercado local, isentos de acréscimos referentes aos custos relativos às certificações³ Sambuichi *et al.* (2017b).

Para efetivar a regularização da produção orgânica, o agricultor deve escolher um instrumento que garanta a qualidade do produto agroecológico. Entre eles, o controle social na venda direta (OCS); o sistema participativo de garantia (SPG); e a certificação por auditoria. Por exemplo, os agricultores familiares que comercializam seus produtos diretamente com o consumidor e se encontram inseridos em processos próprios de organização e controle social têm a isenção do selo. Eles devem garantir a qualidade do alimento orgânico pela Organização de Controle Social (OCS) cadastrada no MAPA. Essa organização poderia ser feita por grupo, associação, cooperativa ou consórcio, formalizado ou não Vriesman; Rocha; Weirich Neto (2016).

Mas não são apenas os pequenos que buscam meios de ampliar as vendas dos produtos da agroecologia, pois, embora aponte a tendência positiva de crescimento do mercado brasileiro de orgânicos, enfatiza o potencial de desenvolvimento que o setor de produção agroecológica reúne. Para tanto, há duas circunstâncias: se as condições econômicas são favoráveis e se o consumidor já consolidou seu entendimento sobre o que é um produto orgânico.

³ Procedimento através do qual uma empresa certificadora, após o credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) pode acreditar determinado produto e garantir sua qualidade mediante uso de métodos científicos.

É impossível formular-se uma posição *a priori* sobre instâncias organizativas que supostamente agregam segmentos sociais com interesses tão díspares. Não se descarta por completo a possibilidade de constituição de redes que englobam pequenos agricultores em luta permanente pela reprodução social de suas unidades produtivas e empresas lucrativas. Contudo, vem à tona as muitas experiências passadas de convivência entre a chamada pequena produção e a grande produção que redundaram em novo tipo de dependência, como demonstraram as muitas pesquisas acadêmicas feitas no Brasil, entre elas a de Farias (2021), que é exemplo dessa nova dependência.

PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA A PEQUENA PRODUÇÃO E A GRANDE PRODUÇÃO

Na perspectiva mercadológica hegemônica no país, a lógica adotada é do capital que também é a do agronegócio. Gera concentração e má distribuição de renda e cultiva ideologia que ignora todos os princípios da agroecologia. Ao contrário, esta modalidade de produção vem, aos poucos, buscando se definir como ciência, na qual se fundamentou o desenho institucional da política pública em discussão, inspirando ações, instituições e normas. Acima de tudo, busca, tal como esse campo de ações, a emancipação humana que propicia uma vida digna e o estabelecimento de novas relações com a natureza.

Com inspiração em Ploeg (2014), admite-se que os agricultores familiares dedicados à agroecologia, representados por estratos sociais carentes das condições de reprodução social, não visam somente o lucro ao se integrarem ativamente na vida comunitária, ao buscarem o acesso aos mercados ou a participação em cooperativas.

De fato, visam a obtenção de níveis de renda que lhes permitam ter uma vida digna, razão que, segundo o autor, justifica carrear recursos para eles. Pensar em novas agências desses agricultores no Brasil requer o entendimento de, pelo menos, algumas particularidades do desenvolvimento rural do país.

Conforme Filippi (2011), a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o desenvolvimento rural se insere numa lógica governamental na qual as políticas públicas declaravam, institucionalmente, a dualidade do mundo rural. O autor se refere à existência de dois ministérios referentes à agricultura a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), embora já existisse o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Essa dualidade se constitui na ausência de “partilha” da terra entre o universo de cidadãos que retiram o sustento por meio do seu trabalho na pequena agricultura familiar e os grupos que dominam a agricultura patronal e dispõem de um volume exorbitante de terras. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), posteriormente ao conhecido Massacre de Eldorado de Carajás, resultante de conflito pela posse da terra, é reveladora de que o desenvolvimento rural do país reflete dois mundos díspares.

Pensar em mercados de produtos oriundos da agroecologia, diante dessa dualidade, nos reporta às formulações de Long e Ploeg (2011) sobre modelos de desenvolvimento rural que impelem à emergência de novos mercados e a necessidade de reconhecimento das agências dos “pequenos produtores” rurais. Para situar os mercados aninhados que convivem com os mercados de *commodities*, expressando fenômenos da economia contemporânea, os autores ora referidos situam as relações comerciais estabelecidas entre o Brasil e outros países como a China ou blocos econômicos, como a União Europeia (UE), apontando semelhanças e diferenças das políticas de desenvolvimento rural adotadas e as desigualdades internas do Brasil.

Conforme compreende Ploeg (2008), os mercados convencionais aliados às maiores redes de comercialização de alimentos, com representações em todo o mundo, assemelham-se a “impérios alimentares”. Isto se daria em virtude da influência que tais redes exercem sobre o modo de vida das pessoas e, conseqüentemente, sobre a produção dos camponeses, haja vista o poder que a mídia exerce nesse processo de reprodução social e econômica.

Ao destacar a magnitude da exportação de *commodities* pelo Brasil e as desigualdades econômicas e sociais internas ao país, Long e Ploeg (2011) admitem que a organização coletiva dos pequenos agricultores constitui vias alternativas para a comercialização de sua produção, acarretaria inovações nas estratégias de produção, tornaria as relações sociais mais estreitas, e possibilitaria uma autonomia maior nos aspectos sociais e econômicos. Admitem que os mercados nascentes seriam também espaços propícios às relações sociais e apreensão de novos significados resultantes dos diversos valores compartilhados e advindos de realidades diferentes, contribuindo de forma relevante para o estudo das redes agroalimentares alternativas.

MERCADOS ANINHADOS

Entre as vias alternativas de comercialização, Ploeg (2011) se refere aos “mercados aninhados”. Para o autor, é a junção das diversas especificidades que criam o ninho, e este protege aquilo que acontece e cresce em seu interior⁴. Refere-se também a “mercados imersos” e ao encaixe de uns dentro dos outros, como caixas de diferentes tamanhos, ou seja, pelo fato de estarem imersos socialmente. Os mercados aninhados, no caso da agroecologia, seriam formas de comércio postas em prática pelos agricultores e suas instituições, observando um conjunto de valores sociais e culturais considerados recursos públicos comuns que, compartilhados, assegurariam confiança aos produtos comercializados nestes espaços.

Destaca Ploeg (1992) que uma parcela considerável do desenvolvimento rural na Europa se concentra na geração de novos produtos e serviços que incorporam e representam novas relações entre o rural e o urbano, entre agricultura e sociedade. Nessa perspectiva, seria necessária a existência de mercados que imprimam significativa diferença dentre os já existentes, posto que não se concebe que as relações estabelecidas entre produtores e consumidores permaneçam baseadas na visão clássica da sociologia rural, vista como sendo os mercados “final de linha” na cadeia.

Estes mercados não devem, segundo o autor ora referido, ser analisados somente do ponto de vista de sua capacidade de efetivar mudanças econômicas, mas também pelo seu potencial de associar outros elementos entre os atores, a fim de que todos eles possam interagir.

Os mercados agrícolas em pequenos empreendimentos rurais no Brasil constituem objeto de estudos de Wilkinson (2008), que utiliza sistematizações da sociologia econômica no estudo da construção de tais mercados. O autor evidencia as novas estratégias adotadas pelos agricultores familiares concernentes às mudanças ocorridas no sistema agroalimentar mundial, como a desregulamentação e globalização dos mercados e as mudanças nos padrões de consumo alimentar. E destaca a função de expressiva importância das redes sociais na permanência da economia informal e dos mercados locais Cassol (2013).

Constata o autor que determinados mercados locais, considerados como de pequena produção, têm a capacidade de instituir redes aptas a defender o vigor destes espaços. Por essa via de compreensão, admite que a agricultura familiar é capaz de vencer as convenções impostas pelos mercados formais. Evidencia a existência de mercados rurais e agrícolas, baseados na troca ou no intercâmbio, os mercados aninhados, imersos ou mesmo mercados socialmente construídos, os quais não estão isolados, mas fazem parte e mantêm relação íntima com os mercados mais amplos.

De acordo com Cassol, Salvate e Schneider (2016, p. 315), “os mercados emergem das interações sociais existentes entre os atores e os arranjos coletivos de gestão e manutenção das transações econômicas e do intercâmbio mercantil”. Todavia, nem todos os mercados imersos seriam construídos socialmente, mesmo que deles advenham relações sociais, como regras, normas, convenções e valores sociais mobilizados e compartilhados coletivamente. Acrescentam que eles emergem, crescem, desenvolvem-se e evoluem no âmbito dos mercados dominantes, apesar de não se orientarem pelas convenções dos mercados de cunho capitalista, sendo considerados como um fenômeno do capitalismo contemporâneo.

⁴ Refere-se também a “mercados imersos” e ao encaixe de uns dentro dos outros, como caixas de diferentes tamanhos, ou seja, pelo fato de estarem imersos socialmente.

Admite-se que as práticas estão na dimensão política, como também se admite a relevância de outras estratégias de comercialização, como as feiras, os mercados aninhados, os mercados encaixados, as vendas diretas ou quaisquer outras denominações que outras estratégias semelhantes venham a adquirir em decorrência da agência de pequenos produtores agroecológicos.

MERCADOS INSTITUCIONAIS

Nessa direção, criaram-se no Brasil também os chamados “mercados institucionais”, destacando-se como exemplo a compra de produtos oriundos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Decreto nº 8.473 de 2015 determina que todos os estabelecimentos da administração federal, compradores ou fornecedores de alimentos, ficam obrigados a direcionar, igualmente, pelo menos o percentual de 30% dos recursos para a agricultura familiar.

No estado do Ceará, no período pesquisado, encontrava-se em fase de experimentação um tipo específico de incentivo ao mercado institucional de produtos oriundos da agroecologia. Trata-se do Portal de Produtos da Agricultura Familiar no *site* da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (SDA), em cujos pátios ocorrem feiras de produtos agroecológicos. Na ocasião, tomou-se conhecimento de que seriam cadastrados os agricultores, as associações e os seus produtos devidamente certificados, bem como os compradores dos produtos. Desse modo, colocava-se à disposição da comunidade em geral o acesso às novas tecnologias, inclusive, a serviço do pequeno produtor, pois a ideia é que o portal contribua para reduzir a atuação de atravessadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que deu suporte a este artigo autoriza a afirmar-se que as experimentações dos agricultores familiares e as ações de atores coletivos e individuais foram os grandes

esteios na criação de uma política pública de agroecologia no Brasil e continuam sendo, no sentido da permanência desta. As tentativas governamentais de “fechamento da janela de oportunidades” expressam-se como a extinção do MDA e, em decorrência, os programas mencionados anteriormente. Em conjunto, essas iniciativas governamentais funcionaram como solapamento das bases institucionais e materiais indispensáveis à continuidade da política em tela. Não obstante as repercussões negativas sobre essa política pública, o Estado de inspiração neoliberal foi incapaz de decretar sua morte. Certamente, a expansão da agroecologia vinculada à agricultura familiar no país seria muito maior se o apoio estatal não tivesse sido minado durante cerca de cinco anos. Contrariando, essa modalidade de necropolítica ou a não política impeditiva de uma produção de alimentos saudáveis, a agroecologia permanece viva e sua expansão pode ser aquilatada pelo crescimento de mercados diferenciados.

Na ausência de apoio governamental, foram fundamentais as agências dos produtores familiares da agroecologia, os quais, impelidos por necessidades vitais e motivados pelo domínio de lógicas específicas, recriam estratégias de reprodução social de unidades produtivas. Eles contaram também com os resquícios do desenho institucional dessa política, destacando-se as Comissões de Produção Orgânicas (CPOrgs), como interfaces socioestatais que estão presentes nas unidades federadas do país, entre outras atribuições, contribuiriam no controle social dos produtos e, desse modo, facilitando as vendas, pois os consumidores tornam-se, cada vez mais, alertas em relação ao uso de insumos agrícolas prejudiciais à saúde.

Nem todas as medidas de solapamento das bases da agroecologia atingiram as unidades federadas, sobretudo a maioria das que se situam na região Nordeste, onde também a maioria dos governos estaduais são favoráveis ao bem estar social e à vida, como demonstra o consórcio que propicia uma governança colaborativa. No Ceará, por exemplo, percebe-se a vitalidade da agroecologia, principalmente por meio da ampliação de feiras que funcionam nas dependências de secretarias de governo, parques ecológicos, universidades, centros de treinamento etc., além das práticas de vendas diretas e da criação de “mercados

aninhados” que vêm se instalando não só em supermercados, mas em mercados pequenos localizados em bairros.

No entanto, os pequenos produtores rurais que praticam a agroecologia continuam enfrentando enormes desafios, os quais se avolumam, notadamente, no que se refere ao compromisso de contraposição aos fundamentos dos modelos agrícolas não sustentáveis, como os adotados pela chamada revolução verde. Mesmo assim, no Nordeste, por exemplo, os atores sociais coletivos e individuais vêm contribuindo na criação e/ou no alargamento de espaços públicos de debates e diálogos fortalecedores e multiplicadores de experimentações e práticas de agroecologia. Seria como um caminho para obtenção de qualidade de vida e sustentabilidade ambiental, compreendendo-se que a “agroecologia é mais do que um sistema de produção orgânico (sem uso de agrotóxicos), pois considera os aspectos ambientais, sociais, culturais, éticos e políticos da agricultura”, como diriam Barbosa *et al.* (2007).

Evidenciam-se, inclusive, as agências de possuidores de pequenas unidades de produção rural com o apoio de pesquisadores, organizações não governamentais, associações, partidos progressistas, igrejas, movimentos sociais e técnicos do Estado que, por meio de ações coletivas, posicionaram-se contrariamente à “revolução verde” e se empenharam na criação de uma política pública de agroecologia.

Entretanto, a política pública em questão necessita de apoio financeiro e político do Estado, pois os “nichos de mercado” que emergem fortuitamente no Brasil, nas “brechas” deixadas pelo agronegócio, a depender do ciclo político em que o país se encontre, não são suficientes para tanto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

AGÊNCIA BRASIL. **Atualizações**. Brasília: Agência Brasil, 2020. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em: 15 jun. 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Atividade Legislativa**. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Encontros nacionais de agroecologia**. Minas Gerais: ANA, [202-]. Disponível em: <https://enagroecologia.org.br/>. Acesso em: 14 jan. 2023.

ASSIS, T. R. P. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). **Revista Políticas Públicas**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 179-189, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321128742016.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BARBOSA, M. *et al.* **Cartilha agroecológica**. 2007. 18 f. Projeto de pesquisa (Graduação em Agronomia), Universidade do Estado do Mato Grosso, Mato Grosso, 2007.

BEZERRA, I. **Nessa terra, em se plantando tudo dá?** Política de soberania e segurança alimentar e nutricional no meio rural paranaense: o caso do PAA. 2010. 333 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BOURDIEU, P. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Geneve: Droz, 1972.

BRANDENBURG, A. Ecologização da agricultura e reconstrução do ambiente rural no Brasil. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN

LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, 27., 2009, Buenos Aires. **Anais** [...], Buenos Aires, 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 ago. 2012. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=BRASIL.+Decreto+n%C2%BA+7.794%C2>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 e janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 jan. 2010. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=BRASIL.+LEI+n%C2%BA+12.188%C2%de+11+e+janeiro+de+2010%C2%que+institui+a+Pol%C3%ADtica+Nacional+de+Assist%C3%A2ncia+T%C3%A9cnica+e+Extens%C3%A3o+Rural+para+a+Agricultura+Familiar+e+Reforma+Agr%C3%A1ria>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. Lei n.13.465/2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências [...]. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 jan. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.

CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, São Paulo, n. 61, p. 25-521, 2006. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/edicoes-antiores/bib-61/582-perspectivasteoricas-sobre-o-processo-de-formulacao-de-politicas-publicas/file>. Acesso em: 18 set. 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, [S.l.], v.1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/agroecologia/agroecologia_e_desenvolvimento.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Revista Agroecologia**, [S.l.], n. 6, p. 63-74, 2012. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160681>. Acesso em: 16 jun. 2023.

CASSOL, A. P. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79442>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CASSOL, A. P.; SALVATE, N.; SCHNEIDER, S. Mercados Imersos: uma perspectiva de análise institucional e relacional das trocas econômicas e do intercâmbio mercantil. 2016. In: **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, mai./ago. 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151150>. Acesso em: 11 maio 2023.

COSTA, S. F. **Ciclos políticos partidários e desigualdade na América Latina: evidências empíricas para os governos de**

esquerda (1994-2003). 2016. 122 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25073>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FARIAS, L. A. C. Tempo de transição e participação popular no Nordeste rural: uma releitura sobre as influências da memória coletiva. In: FARIAS, L. A. da C. (Org.). **Interfaces socioestatais da participação: ensaios sobre políticas públicas e proteção social**. Fortaleza: Editora Meta, 2021.

FIALHO, T. M. M. Ciclos políticos: uma resenha. **Revista de Economia Política**, [S.l.], v. 19, n. 2, 74, abr./jun. 1999. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/748.PDF>. Acesso em: 15 set. 2019.

FILIPPI, E. E. O desenvolvimento rural no Brasil: das políticas de estado às políticas territoriais. In: BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O que o governo Dilma fez (e não fez) pela reforma agrária?** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governodilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria>. Acesso em: 17 jun. 2023.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies**. Illinois: Pearson, 2011.

KINGDON, J. W. Como chega a hora de uma ideia? In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006a. 219-224 p.

KINGDON, J. W. Juntando as coisas. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006b. 225-246 p.

LEMIEUX, V. Les politiques publiques et les alliances d'acteurs. [Article publié dans l'ouvrage sous la direction de Vincent Lemieux, Pierre Bergeron, Clermont Bégin et Gérard Bélanger]. Dans: **Le système de santé au Québec**. Organisations, acteurs et enjeux. Québec: Les Presses de l'Université Laval, 1994.

LEMIEUX, V. **L'étude des politiques publiques**: acteurs et leur pouvoir. Laval: Les Presses de Université Laval, 2002.

LONG, N. E.; PLOEG, J. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S. e GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. [S.l.]: EdUFRGS, 2011.

MARTINS, J. S. **Exclusão e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulos, 1997.

MATTEI, L. A Política Agrária e os Retrocessos do Governo Temer. **Revista OKARA**: Geografia em debate, [S.l.], v.12, n.2, p. 293-307, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/41318>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MEDEIROS, J. Regressão democrática na América Latina: do ciclo político progressista ao ciclo político neoliberal e autoritário. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 98-165, mar./jun. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19358>. Acesso em: 04 maio 2023.

MENEZES, D. B.; DE SOUZA, V. G. Formação da agenda governamental relativa às políticas urbanas no Brasil após a criação do Ministério das Cidades: Uma aplicação do Modelo dos Múltiplos Fluxos. **RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, [S.l.], n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14580>. Acesso em: 23 jun. 2023.

MOURA, I. F. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: **A Política Nacional de Agroecologia**

e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

NIJDAM, E. P. G. L.; FARIAS, L. A. C. Mobilizações sociais e agenda da política pública de agroecologia no Brasil: aproximação ao “modelo dos múltiplos fluxos” de Kingdon. In: FARIAS, L. A. C. (Org.). **Interfaces socioestatais da participação**: ensaios sobre políticas públicas e proteção social. Fortaleza: Editora Meta, 2021.

NORONHA, G. S. A questão agrária, a Emenda Constitucional nº 95 e possíveis alternativas. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. Tradução de Cláudia Freire. Porto Alegre: EdUnesp, 2016a.

PLOEG, J. D. V. Mercados aninhados recém-criados: uma introdução teórica. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016b. 21-52 p.

PLOEG, J. D. V. Dez qualidades da agricultura familiar. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. **Cadernos de Debate**, Rio de Janeiro, n. 1. 2014.

PLOEG, J. D. Van der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p.114-140, mai./ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a06v13n27.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2020.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. *In*: GUZMAN, E. S. **Ecología, Campesinato y Historia**. España: La sediciones de la Piqueta, 1992.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017a.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **Análise da Construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**: Texto para Discussão 2305. Rio de Janeiro: Ipea, 2017b.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2023.

STÉDILE, J. P. **Os retrocessos do governo na política agrária, agrícola e ambiental**. São Paulo: Poder 360, 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opinioao/brasil/os-retrocessos-do-governo-na-politicaagraria-agricola-e-ambiental-por-stedile/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

VRIESMAN, A. K.; ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H. Certificação da Produção Agroecológica: promovendo qualidade de vida no campo e na cidade. *In*: ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H.; SOUZA, N. M. de (Org.). **Sustentabilidade**: a transformação vem da agricultura familiar. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. 118 p. il.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

ZAHARIADIS, N. A estrutura de múltiplos fluxos: estrutura, limitações, perspectivas. *In*: SABATIER, P. A. **Teorias do processo político**. Boulder: Westview, 2007.